



Voto de condenação N.º 142/XIII

Dos bombardeamentos à cidade síria de Aleppo

Nos últimos meses, morreram mais de três centenas de civis, dos quais cerca de 50 crianças na sequência de sucessivos bombardeamentos à cidade de Aleppo, no norte da Síria, sendo a situação na cidade considerada pelos Médicos sem Fronteiras como de “dantesca” perante a violência e frequência dos bombardeamentos de que tem sido alvo exigindo a organização que “todos os países envolvidos no conflito e a comunidade internacional que os civis sejam respeitados e que se cumpra a lei humanitária internacional”.

Os bombardeamentos afetaram cerca de 250 000 habitantes que se encontram encurralados nos bairros da zona leste da cidade, provocando dezenas de mortos e centenas de feridos que acorrem a hospitais que não têm condições para os receber em virtude dos ataques que também têm sofrido. Algumas fontes indicam que em julho os oito hospitais que funcionavam na cidade sofreram 23 ataques.

Chegam também relatos de bombardeamentos a estruturas de apoio à população civil, nomeadamente, estações de água potável, mercados, lojas, escolas e estações de autocarros para além das zonas residenciais, deixando a cidade com condições de vida verdadeiramente deploráveis.

Desde 2011 o conflito sírio provocou já mais de 300 000 mortos, e milhões de deslocados e refugiados e a comunidade internacional não pode continuar a assistir a esta situação sem nada fazer para o impedir.

O Conselho Europeu refere mesmo a prática de crimes de guerra, fato que deve ser investigado e condenado sem ambiguidades.

É fundamental que os dois mediadores do conflito, EUA e Rússia, cheguem a um entendimento que permita retomar a trégua no conflito sírio e terminar este banho de sangue.

A Assembleia da República reunida em Plenária decide:

1. Condenar os sucessivos bombardeamentos na cidade de Aleppo pelas terríveis perdas civis que têm causado e a destruição de infraestruturas fundamentais para a população;
2. Apelar para que seja retomada a trégua entre as partes em confronto na Síria e a procura de uma solução pacífica para o conflito que respeite os direitos humanos e o direito internacional;
3. Enviar as nossas condolências e solidariedade ao povo sírio e, muito particularmente, aos habitantes de Aleppo que sofreram esta vaga de bombardeamentos mais recente.
4. Apelar a que sejam identificados os responsáveis por estes atos de barbárie e que sejam julgados pelos seus atos.

Palácio de São Bento, 21 de outubro de 2016

Os Deputados